

# Cientistas pedem prazo para encerrar transição

Reunidos com Sarney na Granja do Torto, eles propõem eleições diretas após a Constituinte

JULIO ALCANTARA

Fixação de um prazo para completar a transição, com eleições diretas para Presidente da República, após a promulgação da Constituição; mecanismos de negociação para adoção de políticas econômicas, com revisão do Plano Bresser; limitação dos poderes do Presidente da República e pauta mínima de garantias institucionais, com aprovação de toda a sociedade, para ser encaminhada aos constituintes visando o descongestionamento da agenda constitucional, deverão ser a base para a formulação de um pacto político proposto ao presidente José Sarney pela comissão de cientistas como resultado do simpósio "A transição política: necessidade e limites da negociação".

O relatório da comissão, encabeçada pelo reitor da Universidade de São Paulo, José Goldemberg, analisa em 19 páginas divididas em sete itens, os processos políticos, pactos sociais e políticos, regimes autoritários e transições democráticas: os impasses da transição no Brasil; os problemas da indefinição institucional; o continuísmo e patrimonialismo; a Constituinte e o pacto político concluindo que "a transição de um regime autoritário para a democracia envolve sempre algum tipo de pacto político entre as forças que conduzem o processo de ruptura com a antiga ordem e freqüentemente implica acordos tácitos ou expressos com setores do antigo regime".

No caso do Brasil, há peculiaridades que explicam em grande parte o rápido esgotamento do pacto que desencadeou a transição. Segundo o relatório da comissão, a Aliança Democrática foi fruto do fracasso do movimento popular pelas diretas já e implicou a absorção de quadros, de interesses e de práticas do antigo regime, em proporção inusitada em casos semelhantes. Os cientistas apontam também como importante para o atual estágio do processo de transição as disputas eleitorais que desequilibraram a coalizão partidária de sustentação

da Nova República. "desencadeando prematuramente um processo sucessório e uma corrida aos postos de decisão que paralisaram o processo e tolhem a ação do Governo".

Para agravar ainda mais o problema, a crise econômica criou um quadro em que os políticos, ao quererem conduzir as discussões, enfraqueceram a ação do Presidente da República, "resultando em maior debilidade do sistema partidário e em inoperância da coalização governamental". Os cientistas consideram inviáveis as atuais propostas de pacto social, avaliadas nesse contexto, porque seria necessária a existência de instituições partidárias e sindicais representativas e com alto poder de mobilização e disciplina que, no Brasil, ainda estão em constituição. Além do mais, afirmam, as lideranças políticas se limitam a atuar como correias de transmissão, restringindo-se a pressionar no sentido de atendimento total e indiscriminado as demandas setoriais, sem fixar prioridades políticas coerentes.

Outra dificuldade para a realização de um pacto social no Brasil: as propostas têm-se restringido a trêguas sindicais em torno de questões salariais, o que as torna inaceitáveis. Para os cientistas, a alternativa a um pacto social desse tipo não poderia reduzir-se a um mero remanejamento do apoio parlamentar do Governo ou a reformas ministeriais. "Tentativas nessas direções têm redundado na reprodução de um clientelismo inadequado ao funcionamento de uma sociedade moderna e incompatível com a primazia do interesse político", afirmam, acrescentando que, quanto ao pacto político, a questão foi retomada num contexto de paralisação da transição, de crise econômica e de crise de governabilidade. "Diante desse quadro, impõe-se um pacto democratizante entre lideranças partidárias, empresariais, sindicais e sociais, comprometidas com a consolidação da democracia no Brasil".

## Presidente culpa o PMDB

Com receio de perder a hegemonia político-partidária do País, o PMDB não aceitou a participação de outros partidos na formação de um grande pacto político proposto pelo presidente José Sarney logo no início do seu Governo. Além disso, a pouca representatividade dos outros partidos também inviabilizou o entendimento.

Foi a explicação que o Presidente da República deu aos cientistas políticos que, sob a coordenação do reitor da USP, José Goldemberg, foram à Granja do Torto ontem, entregar o resultado do trabalho que realizaram com vistas ao andamento do processo de transição, o qual, segundo eles, só será rápido pela formação de um amplo pacto político que, além do PMDB e do PFL, englobaria os demais partidos e representantes de todos os setores da sociedade. O Presidente da República disse que desde que assumiu o Governo fez a proposta para a formação de um pacto político e não de uma trêgua ou pacto social, como vem sendo anunciado e que também não chegou a se formalizar por não encontrar receptividade dentro do maior partido da Aliança Democrática.

O Presidente da República, segundo ainda os cientistas, concordou com a afirmação de que os movimentos de protesto registrados no Rio, especialmente a agressão de que foi vítima, são reflexos diretos da crise econômica que o País atravessa e que foi agravada com a grande frustração deixada pelo fracasso do Plano Cruzado, que criou expectativas entre a população. No decorrer do debate,

que começou às 9h15, e terminou às 12h30, o presidente José Sarney justificou a aplicação de leis de exceção pela falta de outros mecanismos de punição. Citou como exemplo, o "badernaço" do Rio, durante a sua visita, cujos responsáveis serão punidos pela Lei de Segurança Nacional. Quando foi lembrado que a aplicação dessa lei poderia prejudicar a imagem do Governo, o presidente ficou calado, segundo informou um dos participantes do encontro.

Os cientistas reclamaram ainda ao Presidente da lentidão do processo de transição democrática, mas José Sarney contra-atacou dizendo que, mesmo com todos os empecilhos decorrentes das crises que o País atravessa, a transição anda muito rápida, e lembrou as medidas que adotou, como a legalização dos partidos comunistas e revogação de outras medidas do regime autoritário, observando, em seguida, que todo o processo de redemocratização se concretizará com a promulgação da Nova Constituição.

O presidente da República, segundo o professor José Goldemberg, não só vai insistir na viabilização de um grande pacto político para agilizar o processo de democratização, atraindo, inclusive, outros setores que tenham esse mesmo objetivo. Para o reitor da USP, nas condições atuais quem tem condições para amarrar o pacto político é o Presidente da República "com os poderes que tem", ou com o fortalecimento dos partidos políticos, "que é uma coisa que só vai ocorrer a longo prazo".

## Propostas são acadêmicas

Mesmo considerando satisfatório o encontro com os oito professores universitários, do qual participaram também os ministros Celso Furtado, da Cultura, e Jorge Bornhausen, da Educação, o presidente José Sarney não garantiu a execução de nenhuma das sugestões contidas no relatório apresentado pela comissão. A explicação do secretário de Imprensa da Presidência, Antônio Frota Netto, é de que como o relatório contém sugestões acadêmicas, o debate ocorrido também foi puramente acadêmico.

No encontro, o primeiro a falar foi o reitor da USP, José Goldemberg, abordando a realização do simpósio, em São Paulo, e os conferencistas que dele participaram. Coube ao professor José Augusto Guilhon Albuquerque ler o relatório que, em síntese, fala sobre a crise de governabilidade existente no País, sob o argumento de que o Presidente da República só fala em pacto quando enfrenta problemas, ou seja, quando está em crise. Foi aí que o Presidente reagiu, denunciando que ao PMDB caberia a responsabilidade pela não formalização de um amplo pacto político desde 1985, quando assumiu o Governo, época em que chamou o Presidente do partido, Ulysses Guimarães, para coordenar a elaboração do acordo.

O Presidente, segundo Frota Netto, já considera, porém, a formação da Aliança Democrática um pacto político e que a sua ideia inicial do grande pacto não era para conjurar nenhuma crise mas para ampliar para todas as forças políticas as

bases de um entendimento. José Sarney explicou que a crise econômica vivida pelo País, que ele considera grave, preocupante e séria, é antiga e, por isso mesmo, exige a participação de todos, e que o Governo vem tentando resolvê-la com o menor custo social e político para o processo de transição. Sempre assessorado pelos ministros Celso Furtado e Jorge Bornhausen, o Presidente observou que conversava ali mais como acadêmico, interessado no encaminhamento das questões, lembrando que, quando senador, convidava especialistas, como o próprio José Goldemberg, para discutir essas questões.

Disse ainda o Presidente que entendia a preocupação dos cientistas mas observou que entre eles e os políticos havia uma diferença de conceito de justiça, quando propunham a solução dos problemas. Os acadêmicos, disse o presidente, têm uma visão de justiça absoluta, enquanto que os políticos encaram os fatos com uma visão realista da situação.

**CLIENTELISMO**  
Os cientistas criticaram também a situação de clientelismo em que se encontra o quadro político-partidário brasileiro. Foi quando o Presidente concordou que, além da fragilidade dos partidos, que ele considera um problema grave, existe uma grande disparidade nas relações políticas, econômicas e sociais, explicando que, enquanto em alguns estados existem grandes organizações de defesa de interesses específicos, em outros esse poder é praticamente inexistente.